

MENSAGEM/760

Rio Grande, 09 de dezembro de 2022

Senhor Presidente:

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 124 que **DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS NO ÂMBITO DA PREVIDÊNCIA DO RIO GRANDE – PREVIRG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Ainda que o DATC funcione com déficit, este tem sido progressivamente estabilizado e restringido por uma estratégia de contenção a gestão de débitos tributários parcelados, que permitiu garantir o pagamento em dia de salários e fornecedores, apesar do progressivo estado de recessão de demanda que se abateu sobre nosso mercado, especial com advento da Pandemia de COVID-19.

Considerando a redução no número de passageiros transportados no Rio Grande do Sul, que se fez sentir diretamente numa perda na ordem de 40% de demanda em número total de passageiros do DATC em relação ao período anterior a pandemia, que impactou significativamente no faturamento e fluxo de caixa do departamento.

Considerando que esta queda de receita levou a Autarquia Municipal a não recolher aos cofres da PREVIRG nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro do corrente ano a importância de R\$ 252.885,97 (duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e cinco reais com noventa e sete centavos), de responsabilidade do Departamento Autárquico de Transporte Coletivo – DATC.

Considerando também, que o DATC anteriormente já parcelou dívida com a PREVIRG e encontra-se em dia com as parcelas acordadas.

Considerando que é preciso ordenar a dívida do Departamento com a PREVIRG, com prestações que sejam de possível cumprimento dentro da organização financeira do DATC.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

Considerando que no presente momento, o Fundo do Regime Próprio de Previdência do Rio Grande é positivo e tal parcelamento não causará risco aos servidores municipais que pretendem de aposentar nos próximos anos.

Solicitamos encarecidamente que seja avaliada a situação a qual encontra-se o DATC, em especial devido à dificuldades financeiras vivenciadas neste momento, com impactantes perdas de receitas advindas da Pandemia Mundial de COVID-19 e requeremos seja deferida a solicitação para parcelar estes débitos, de maneira que o DATC possa cumprir com suas obrigações financeiras perante a PREVIRG.

Sendo o que tínhamos para o momento, firmamo-nos.

Respeitosamente,

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

À Sua Excelência
Ver. PAULO ROBERTO MARIN ROLDÃO
Presidente da Câmara Municipal
NESTA CIDADE

PROJETO DE LEI Nº 124 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2022

**DISPÕE SOBRE O
PARCELAMENTO DE
DÉBITOS NO ÂMBITO DA
PREVIDÊNCIA DO RIO
GRANDE – PREVIRG E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos do Departamento Autárquico de Transportes Coletivos – DATC com a Previdência do Rio Grande em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, observado o disposto no artigo 14 da Portaria MPT nº 1.467 de 06 de junho de 2022.

Parágrafo Único. O parcelamento de que trata o caput incluem contribuições previdenciárias patronais e também a contribuição a título de recuperação do deficit atuarial e financeiro devidas pelo DATC ao RPPS relativas ao período compreendido entre as competências do mês de junho a novembro de 2022, sendo o montante da dívida no valor nominal de R\$ 252.885,97 (duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e cinco reais com noventa e sete centavos).

Art. 2º Para apuração do montante devido a ser parcelado, os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulado desde o mês de vencimento do débito até o mês anterior a data de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável pela sua apuração, acrescidos de juros simples de 1,00% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento.

§ 1º - As prestações vincendas determinadas no caput serão atualizadas mensalmente pelo INPC, acrescidos de juros simples de 1,00% (um por cento) ao mês acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

§ 2º As prestações vencidas determinadas no caput serão atualizadas mensalmente pelo INPC, acrescidos de juros simples de 1,00% (um por cento) ao mês e multa de 1% (um por cento) acumulados desde a data de vencimento até o mês do efetivo pagamento.

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento não pagas no seu vencimento.

Parágrafo Único: A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas e vigorará até a quitação do termo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 09 de dezembro de 2022.

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

cc.:/Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação